

CURRICULAR NOTE

Diogo Costa Gonçalves attended the Lisbon University Faculty of Law, where he obtained his degree (2003), with a final average of 17/20. He took his Master's Degree exams (2008), with the thesis "*Fusão, cisão e transformação de sociedades comerciais - A posição jurídica dos sócios e a delimitação do statuo viæ*" (Corporate Law), with a final grade of 18/20 (2008), and his Doctoral Degree exams (2014), with the dissertation "*Pessoa colectiva e sociedades comerciais - Dimensão problemática e coordenadas sistemáticas da personificação jurídico-privada*" (Corporate Law and Legal Theory), having been approved with distinction and honours (with a final grade of 18/20).

He has been a lecturer at the same Faculty since 2004, currently an Associate Professor. He is a member of the Friends of the Hamburg Max Planck Institute for Comparative and International Private Law, the German-Portuguese Association of Jurists (Deutsch-Lusitanische Juristenvereinigung), the Portuguese Arbitration Association (APA), the Brazilian Arbitration Committee (Cbar) and ICC Portugal.

He is a member of the list of arbitrators of the Arbitration Centre of the Portuguese Chamber of Commerce and Industry (CAC) and of the Chamber of Business Mediation and Arbitration (CAMARB), Brazil.

Legal expert and Arbitrator.

MOST RELEVANT PUBLICATIONS

Erro Obstáculo e Erro Vício – Subsídios para a determinação do alcance normativo dos artigos 247º, 251º e 252º do Código Civil, 2004 ; *Pessoa e Personalidade – Fundamentação ontológica da tutela*, 2008 ; “Pessoa e Ontologia: uma questão prévia da ordem jurídica”, *Estudos de Direito da Bioética* II, 2008, 125-182 ; *Fusão, cisão e transformação de sociedades comerciais – A posição jurídica dos sócios e a delimitação do statuo viæ*, 2008 ; “A acção *ut singuli* (de responsabilidade civil) e a relação do Direito Cooperativo com o Direito das Sociedades Comerciais”, *RDS* I (2009) 4, 885-922 (em co-autoria com MANUEL CARNEIRO DA FRADA) ; *CSC anotado* (António Menezes Cordeiro), 2.^a ed., 2011, 97.º-129.º ; “O governo de sociedades por quotas –

Breves reflexões sobre a celebração de negócios entre o gerente e a sociedade”, *O Governo das Organizações – A vocação universal do corporate governance* (Paulo Câmara), 2011, 95-123 ; *Pessoa coletiva e sociedades comerciais – Dimensão problemática e coordenadas sistemáticas da personificação jurídico-privada*, 2015 ; “A perda da qualidade de sociedade aberta (delisting de ações) e tutela dos acionistas minoritários”, *RDS VII* (2015) 1, 55-85 (em co-autoria com MANUEL CARNEIRO DA FRADA) ; “Apontamentos sobre a desconsideração da personalidade jurídica no Projeto de Código Comercial brasileiro”, *RDS VII* (2015) 2, 297-324 ; “Personalidade vs. capacidade jurídica – um regresso ao monismo conceptual?”, *ROA* 75 (2015) I/II, 121-150 ; “A remuneração dos administradores das instituições de crédito – o comité de remunerações”, *RDS VII* (2015) 3/4, 509-533 ; “Dogmáticas de transição e o seu lugar na evolução dos sistemas”, *RDC I* (2016) 1, 153-181 ; “O reconhecimento das fundações privadas: personificação ou limitação da responsabilidade?”, *RFDUL LVII* (2016) 1, 9-46, também in *Direito das Fundações em Debate*, 2019 (coordenado com RUI SOARES PEREIRA) – “Contributo para o estudo da pessoa jurídica no Direito civil brasileiro”, *Civilistica.com* 5 (2016), I, disponível in <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/07/Goncalves-civilistica.com-a.5.n.1.2016.pdf>. ; *A imputação de conhecimento às sociedades comerciais*, 2017 (em co-autoria com JOSÉ FERREIRA GOMES); “Diligência e prova do cumprimento das obrigações da concessionária em acidentes de viação ocorridos em auto-estradas”, *Responsabilidade civil – Cinquenta anos em Portugal e quinze anos no Brasil*, 2017, 155-202 (em co-autoria com MANUEL CARNEIRO DA FRADA); “Notas breves sobre a origem dos direitos de personalidade”, *RDC II* (2017) 3, 655-672; “Produtos Financeiros Complexos e PRIIPS”, *O Novo Direito dos Valores Mobiliários – I Congresso sobre Valores Mobiliários e Mercados Financeiros* (Paulo Câmara), 2017, 391-399 ; “O levantamento da personalidade e a sua evolução na jurisprudência”, *Congresso comemorativo dos 30 anos do CSC* (Paulo de Tarso Domingues), 2017, 231-286 ; – “O início da personalidade jurídica e a capacidade jurídica parcial (Teilrechtsfähigkeit)”, *RDC III* (2018) 3, 575-604, publicado também no Código Civil – Livro do Cinquentenário, I (Homenagem ao Prof. Doutor Fernando Pessoa Jorge), 2019; *Manual de sociedades abertas e sociedades cotadas*, I, 2018 (em co-autoria com JOSÉ FERREIRA GOMES); “Erro-vício culposos e a formação da vontade nas pessoas coletivas”, *Revista de Direito da Responsabilidade I* (2019), 155-169 (<http://revistadireitoresponsabilidade.pt/2019/erro-vicio-culposo-e-a-formacao-da-vontade-nas-pessoas-coletivas/>); *A personalidade e capacidade jurídica das sociedades*

comerciais, 2019; “A vinculação de terceiros à convenção de arbitragem”, *Arbitragem Comercial – Estudos comemorativos dos 30 anos do CAC da CCIP* (org. António Menezes Cordeiro), 2019, 285-300; “O dever de comunicação dos administradores ao Bdp – Algumas reflexões”, *RDFMC I* (2019) 3, 273-292; “A capacidade das sociedades comerciais – uma visão luso-brasileira”, *Cadernos do Programa de Pós-Graduação Direito/UFRGS*, XIV (2019) 1, 5-47; “Socialidade e parassocialidade”, *RDS* 11 (2019), 133-151 e “Wrongful life actions em Portugal, 20 anos depois”, *Revista de Direito da Responsabilidade II* (2020), 130-157; *A imputação de conhecimento às sociedades comerciais*, Quartier Lantin, São Paulo, 2021 (em co-autoria com José Ferreira Gomes), *ainda no prelo*; *Studia – Direito Civil* (Teoria Geral), 2020; *Studia – Direito Comercial* (Sociedades e Mercado de Capitais), 2021; “O reconhecimento das fundações privadas: personificação ou limitação da responsabilidade?”, *Direito das Fundações em debate* (Diogo Costa Gonçalves/Rui Soares Pereira), 2020, 87-122; “Anotação ao art. 227.º”, *Novo coronavírus e crise contratual – Anotação ao Código Civil* (Catarina Monteiro Pires), 2020, 7-16; “Anotação ao art. 335.º”, *Novo coronavírus e crise contratual – Anotação ao Código Civil* (Catarina Monteiro Pires), 21-26; “Anotação ao art. 762.º”, *Novo coronavírus e crise contratual – Anotação ao Código Civil* (Catarina Monteiro Pires), 2020, 69-78; “Anotações aos arts. 5.º-6.º”, *CSC anotado* (António Menezes Cordeiro), 4.ª ed., 2021, 90-127; “A desconsideração da personalidade jurídica no Direito comercial português e brasileiro”, *Direito societário, mercado de capitais, arbitragem e outros temas – Homenagem a Nelson Eizirik* (Rodrigo Rocha Monteiro de Castro/Luís André Azevedo/Marcus de Freitas Henriques), II, 2021, 913-94; “Breves notas sobre a oposição dos credores à fusão e a relevância do momento da exigibilidade dos créditos”, *RDS IX* (2020) 2, 319-332; “Crise e renegociação dos contratos no Direito português e brasileiro – Breves reflexões”, *RFDUL LXI* (2020) 1, 149-185; “Ilegalidade superveniente do cumprimento e frustração do fim de emprego da prestação: as viagens de finalistas e a legislação COVID”, *RDC V* (2020) 3-4, 561-581; “Juros moratórios, indemnização e anatocismo potestativo”, *RFDUL LXI* (2020) 2, 205-230 (em co-autoria com Diogo Tapada dos Santos); “A (in)utilidade do dano biológico – Comentário ao Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 16-jan.-2020 (Alexandra Rolim Mendes), Proc. n.º 1184/10.5TBEPS.G1”, *CDP* 67 (2019), 58-68; “Reflexões sobre a recepção dos direitos de personalidade nos Brasil e os desafios dogmáticos contemporâneos”, *RDC V* (2020) 1, 127-167; “Breves notas sobre o governo das sociedades familiares”, *ROA* 81 (2021) I/II, 41-56; “Eficácia de proteção de terceiros e

deveres de prestar – Ac. do STJ de 03-nov.-2020, Proc. 561/18.8T(CSC.L1.S1”, *CDP* 74 (2021), 27-50 (em co-autoria com Francisco Mendes Correia); Reflexões sobre a recepção dos direitos de personalidade nos Brasil e os desafios dogmáticos contemporâneos”, *RDCC* 24 (2020), 265-305; “A fundamentação da decisão arbitral à luz da Lei de Arbitragem Voluntária Portuguesa”, *Revista de Arbitragem e Mediação* 17 (2020) 65, 323-334; *Studia – Direito Civil* (Teoria Geral), 2020; A desconsideração da personalidade jurídica no Direito comercial português e brasileiro, *Direito societário, mercado de capitais, arbitragem e outros temas – Homenagem a Nelson Eizirik* (Rodrigo Rocha Monteiro de Castro/Luís André Azevedo/Marcus de Freitas Henriques), II, Quartier Latin, São Paulo, 2021; “Breves notas sobre o governo das sociedades familiares”, *ROA* 81 (2021) I/II, 41-56; “Eficácia de proteção de terceiros e deveres de prestar – Ac. do STJ de 03-nov.-2020, Proc. 561/18.8T(CSC.L1.S1”, *CDP* 74 (2021), 27-50 (em co-autoria com Francisco Mendes Correia); *Studia – Direito Comercial* (Sociedades e Mercado de Capitais), 2021; *Lições de Direitos de Personalidade*, 2022; “Breves reflexões sobre a livre revogabilidade das limitações a direitos de personalidade e indenização”, *Revista de Direito da Responsabilidade* 4 (2022), 555-567 e O dano ressarcível na convenção das Nações Unidas sobre contratos para venda internacional de mercadorias, *CISG, Brasil e Portugal*, 2022, 543-558 (em co-autoria com Francisco Mendes Correia).